

O fenômeno aglomerativo no Rio Grande do Sul: panorama atual*

Rosetta Mammarella**

Tanya M. de Barcellos***

Mestre em Sociologia, Pesquisadora da FEE e do Observatório das Metrôpoles, núcleo de Porto Alegre

Mestre em Sociologia, Pesquisadora da FEE e do Observatório das Metrôpoles, núcleo de Porto Alegre

Resumo

O estudo traz um panorama atual do fenômeno urbano no Rio Grande do Sul, construído a partir de uma descrição da sua rede urbana. Na primeira parte, o olhar recai sobre o conjunto da rede, cujas aglomerações e centros urbanos foram caracterizados em termos demográficos e econômicos. Foram considerados: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); as aglomerações institucionalizadas; o centro regional de Santa Maria; as aglomerações descontínuas de Passo Fundo e Ijuí; os aglomerados de fronteira; e o eixo turístico de Gramado e Canela. Na segunda parte, a abordagem volta-se para o exame do perfil socioocupacional e das condições socioeconômicas da população ocupada, restringindo o foco à realidade da RMPA e das aglomerações urbanas institucionalizadas, recortes territoriais mais relevantes como expressão do fato aglomerativo e urbano do Estado.

Palavras-chave: aglomerações urbanas; estrutura social; urbanização.

Abstract

This paper presents an overview of the urban phenomena in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. On the first part, urban network is described in

* Este trabalho se insere no Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática — Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá — 2005/2008, desenvolvido com recursos do CNPQ. Contou com a colaboração de Angela Maria Faria da Costa, acadêmica de Geografia, que fez seu estágio curricular no NERU-FEE, e também com o auxílio dos estagiários Lisiane Hauser, acadêmica de Estatística, e Rodrigo Costa de Aguiar, de Geografia. Artigo recebido em 13 out. 2008.

** E-mail: rosett@dieese.org.br

*** E-mail: barcellos@dieese.org.br

As autoras agradecem o Geógrafo Iván G. Peyré-Tartaruga pela leitura atenta que realizou do texto.

its demographic and economic characteristics and the role of the urban regions is analyzed. On the second part, the socio-occupational structure of the population and some socioeconomic indicators are analyzed. In this part the approach is directed to the reality of the metropolitan area of Porto Alegre and to the legal agglomerations, where population and economic activities are concentrated.

Key words: urbanization; urban agglomerations; social structure.

Introdução

Este estudo constitui uma análise preliminar sobre o fenômeno urbano no Rio Grande do Sul, numa perspectiva abrangente, ou seja, a de tratar a questão para além da sua expressão maior, que é a metropolitana. É nosso objetivo caracterizar o patamar de urbanização do Estado em termos territoriais, demográficos e econômicos de um lado e, de outro, avaliar o significado das aglomerações urbanas institucionalizadas no contexto do Estado, comparando os perfis socio-ocupacionais de suas populações.¹ Para tanto, selecionamos os principais recortes urbanos do Estado: as quatro aglomerações urbanas — Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune), Aglomeração Urbana do Sul (Ausul) e Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinort) — e a área perimetropolitana (Alonso, 2003), duas aglomerações descontínuas de Passo Fundo (ADPF) e de Ijuí (ADI), o eixo articulado de Gramado e Canela (EAGC), o Centro Regional de Santa Maria (CRSM) e dois aglomerados de fronteira (OCFU),² que correspondem à hierarquia da rede urbana definida em estudo do IPEA, à exceção dos centros sub-regionais (IPEA, 2000).

A reflexão sobre os temas da urbanização, da concentração urbana e das diferentes morfologias que

apresentam as áreas concentradoras de população e de atividades econômicas converge para a percepção de que ocorre um aumento do número de configurações que, sendo unitárias espacialmente, abrangem mais de um município, estado ou país. Elas podem ter um ou mais pólos, e nelas se intensificam os fluxos de relações, seja internamente, seja com outros espaços. Muitas dessas formações se vinculam ao processo de metropolização, marcado pelo aprofundamento da divisão social do trabalho em determinada parte do território.

No caso brasileiro, constatamos que houve, na década de 90, uma mudança nas escalas da metropolização e na própria complexidade do fenômeno urbano sobre o território, com a emergência de novos conjuntos espaciais polarizadores do crescimento da população urbana, que passaram a desempenhar o papel de centros metropolitanos à escala regional.

Ressalta, no quadro urbano do País, a persistência da concentração espacial da atividade econômica existente até os anos 80, porém com conexões geográficas mais complexas e mais dinâmicas. As aglomerações metropolitanas e não metropolitanas se consolidam, acompanhando o aumento da heterogeneidade econômica e social intra-regional. Está em curso, como ressalta Soares (2008, p. 1),

[...] um amplo processo de reestruturação caracterizado pela "explosão" das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais, continentes de novas territorialidades dos grupos sociais. Na escala intra-urbana, o fenômeno da "dispersão urbana" está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidades e novas periferias. Na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território.

Tal processo é acompanhado de alterações nos padrões de mobilidade espacial da população e no padrão

¹ A análise que desenvolvemos neste texto constitui um desdobramento dos estudos realizados sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre, no contexto do Projeto Observatório das Metrôpoles. Esses estudos enfocaram a estrutura socioocupacional e socioespacial da metrópole do Rio Grande do Sul, utilizando metodologia padronizada para permitir a comparabilidade com as demais áreas metropolitanas envolvidas na pesquisa nacional. Sobre os resultados desses estudos, ver Mammarella (2008).

² A listagem dos municípios que integram cada uma das aglomerações urbanas e dos recortes especiais da rede urbana do RS encontra-se no **Apêndice**.

migratório, com o surgimento de fenômenos, tais como uma maior migração intra-regional e de curta distância e uma intensificação dos deslocamentos pendulares.

Embora tendo nas metrópoles o lócus primordial onde se concentram atividades econômicas, população, saber e poder, a realidade urbana hoje se organiza cada vez mais em uma enorme complexidade de arranjos, exigindo um conhecimento mais sistemático de suas particularidades.

Ainda nos anos 70, alguns estudos registraram essa complexidade do sistema urbano brasileiro. Davidovich e Lima (1975), com base em critérios demográficos e econômicos, distinguiram, no País, “[...] uma hierarquia de áreas urbanas compreendendo aglomerações resultantes da expansão de uma cidade central; aglomerações por processo de conurbação; aglomerações de cidades geminadas; e aglomerações sem espaço urbanizado contínuo”.³ Nessa hierarquia, aparecem as aglomerações metropolitanas, de caráter nacional e regional, áreas metropolitanas “incipientes” e aglomerações submetropolitanas. Abaixo do nível metropolitano, os autores identificaram aglomerados de três tipos: aqueles com uma cidade central, outros formados por processo de conurbação e os que se organizam a partir de cidades geminadas. Por fim, aparecem também as aglomerações sem espaço urbanizado contínuo.

O último estudo completo sobre o assunto foi publicado em 2000 (IPEA, 2000). Elaborado por um conjunto de instituições, IPEA, IBGE e NESUR-IE-UNICAMP, o trabalho atualizou as informações relativas às aglomerações urbanas do País.

Nesse estudo, foram identificadas 49 aglomerações urbanas, assim classificadas: 12 áreas metropolitanas, 12 centros urbanos regionais e 25 centros sub-regionais. Essas 49 aglomerações urbanas agregavam 379 municípios, abrigavam 73.380.310 habitantes, concentrando 60,39% da população urbana e 47,32% da população total do País, em 1991. As aglomerações em nível metropolitano concentravam 53.891.546 habitantes, correspondendo a 43,78% da população urbana e a 34,31% da população total. As 37 aglomerações urbanas não metropolitanas agregavam 178 municípios e 20 milhões de habitantes (Motta; Ajara, 1999, *apud* Matos, 2000). Esses números são muito expressivos acerca da dimensão do processo de metropolização das últimas

³ O tamanho da cidade central, a proporção da PEA em atividades urbanas, a densidade demográfica, a participação de migrantes na população, as taxas de crescimento demográfico e os movimentos pendulares foram os indicadores principais na definição dos aglomerados.

décadas e da importância assumida pelas aglomerações urbanas.

O trabalho ressalta ainda que os “centros e aglomerações não metropolitanas” distinguem-se por “[...] configurarem manchas caracteristicamente de ocupação contínua”, ou por “[...] guardarem uma proximidade geográfica, serem densas e populosas, porém com descontinuidade de mancha de ocupação, mas fortemente articuladas na mesma dinâmica econômica”. São, portanto, formadas por diversas cidades, conurbadas ou não, que acabaram sendo reconhecidas como formações urbanas com peculiaridades na organização da rede urbana (IPEA, 2000a).⁴

Reconhecendo o fato de que, para a compreensão dos processos envolvidos na problemática urbana atual, é necessário ampliarmos o foco analítico, de modo a abrangermos a complexidade de que se revestem, entendemos que é fundamental partirmos de uma idéia de rede urbana⁵. Isso inclui, no caso do Rio Grande do Sul, olhar: para a RMPA e o seu entorno perimetropolitano, que podem estar configurando novos vetores de ocupação e crescimento, alterando os arranjos espaciais existentes; para as aglomerações urbanas não metropolitanas, pois algumas delas estariam desempenhando papel mais relevante na rede urbana do que unidades metropolitanas menores; e, por fim, para os outros centros e aglomerados que expressam o fenômeno aglomerativo urbano do Estado, com inserção particular na sua dinâmica regional.

O estudo contempla duas dimensões. Numa primeira parte, realizamos uma caracterização demográfica e econômica da rede urbana gaúcha e, na seqüência, esboçamos uma análise da estrutura social e de alguns indicadores das condições socioeconômicas da população ocupada, esta restrita à realidade da RMPA e das aglomerações urbanas institucionalizadas.

⁴ O conceito de aglomeração urbana está bastante vinculado ao de metrópole, o qual nos fala de formações urbanas relativamente extensas, que abrangem mais de um município. “Esta categoria espacial pressupõe a existência de uma cidade principal que organiza, econômica e funcionalmente, localidades periféricas próximas. Em conseqüência deve surgir uma densa rede urbana onde se instalam atividades industriais, comerciais e de serviço, concentrando capital, força de trabalho e poder político.” (Matos, 2000). O IBGE vem adotando o conceito de “aglomerações urbanas” para designar outros espaços urbanos, situados em nível submetropolitano, que congregam mais de uma cidade, notadamente cidades que começariam a experimentar o processo de conurbação.

⁵ Estamos entendendo rede urbana na concepção explicitada no estudo do IPEA (2000, p. 36): “[...] a rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas”.

1 Caracterização econômica e demográfica do fenômeno aglomerativo no RS

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento e a ocupação territorial, ao longo da história, tendo como base os processos de industrialização, terciarização e urbanização, constituíram aglomerações no sul, na área de Pelotas e Rio Grande, no leste do território, configurando a Região Metropolitana de Porto Alegre, e, mais ao norte, uma aglomeração em torno de Caxias do Sul (Alonso, prelo). Embora, com essa concentração no leste, que se estende para o norte, e com a persistência da aglomeração urbana ao sul, se tenha criado no Estado uma rede de cidades médias, em geral articuladas com a produção agropecuária e com a situação de fronteira internacional. Mais recentemente, formou-se no litoral norte do Estado um aglomerado, cuja população vem crescendo em ritmo acelerado.

A RMPA, institucionalizada para fins de planejamento em 1973, constitui a principal aglomeração do Estado, formando hoje uma mancha com 31 municípios, que se expande em direção às pequenas aglomerações de Lajeado e Estrela, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Teutônia e Vera Cruz, que representam os principais municípios da área perimetropolitana (Alonso, prelo).

Outras três aglomerações, pela sua dimensão na realidade urbana do Estado, também foram institucionalizadas a partir dos anos 90, através de legislação constitucional, que definiu limites geográficos e organismos de coordenação política (conselhos) e operacional (fundações), com a finalidade de formular políticas específicas para enfrentar os problemas comuns que esse tipo de formação produz (Alonso, s. d.).⁶

A primeira aglomeração urbana institucionalizada no Estado foi a Aglomeração Urbana do Sul, criada por lei complementar em 1990, inicialmente com os Municípios de Pelotas e Capão do Leão, aos quais foram acrescentados, em 2002, os Municípios de Rio Grande,

Arroio do Padre e São José do Norte.⁷ A seguir, a Aglomeração Urbana do Nordeste foi criada por lei complementar em 1994, formada por 11 municípios e polarizada por Caxias do Sul.⁸ Finalmente, a Aglomeração Urbana do Litoral Norte foi criada por lei complementar em 2004 e composta por 20 municípios.

Além dessas aglomerações, salientamos ainda, no quadro urbano do Estado, alguns recortes territoriais que foram definidos no estudo sobre a rede urbana brasileira (IPEA, 2000): a Cidade de Santa Maria, centro regional importante como fornecedor de serviços especializados e comércio, sedia uma Universidade Federal, unidades do Exército Nacional e uma base aérea; Passo Fundo, Carazinho, Erechim e Marau formam uma aglomeração descontínua, localizada na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, compondo importante eixo agroindustrial no Estado; Ijuí, juntamente com Cruz Alta, Horizontina, Panambi, Santa Rosa e Santo Ângelo fazem uma composição descontínua, com características semelhantes às da anterior; os aglomerados de fronteira com a Argentina e o Uruguai, respectivamente, Uruguiana/Paso de los Libres e Santana do Livramento/Rivera, têm sua importância muito vinculada ao exercício de função estratégica para a segurança nacional, mas também pelo comércio de fronteira; e, finalmente, o eixo turístico formado por Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Nova Petrópolis, que se localiza entre as aglomerações de Porto Alegre e Caxias do Sul (Moura; Kleinke, 1999; IPEA, 2000).⁹

No Mapa 1, estão localizados todos os recortes territoriais selecionados, ficando cinco deles concentrados no leste do território gaúcho, orbitando a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Para caracterizar o patamar de urbanização do Estado, partimos de dois conjuntos de indicadores que dão conta dos aspectos demográficos e da dinâmica da urbanização entre 2000 e 2006.

Em 2006, os 10 recortes selecionados reuniam uma população de 7.417.496 habitantes, que representavam

⁶ "A Constituição Federal de 1988 (art. 26, § 3o.), ao descentralizar a organização regional dos Estados, conferindo-lhes a autonomia para a criação de regiões metropolitanas, criou, também, uma nova figura de gestão regional, que é a Aglomeração Urbana, entidade formada pelo agrupamento de municípios limítrofes, conurbados, objetivando a gestão das funções urbanas de interesse comum." (Braga, 2005).

⁷ O estudo de Davidovich e Lima (1975) sobre o fenômeno aglomerativo urbano do País já havia identificado como aglomeração o conjunto Pelotas-Rio Grande, que foi classificado no agrupamento das aglomerações "sem espaço urbanizado contínuo".

⁸ Também no mesmo estudo de 1975, Davidovich e Lima apontam a formação de um eixo de integração prolongando-se do norte da RMPA em direção a Caxias do Sul.

⁹ Devemos mencionar alguns trabalhos importantes realizados anteriormente sobre a rede urbana do Estado: Neves (1971), IBGE (1972), Becker (1974) e Breitbach (1997).

70,40% da população do Estado, que, em termos urbanos, equivalem a 77,55%.¹⁰ Efetivamente, é nesses espaços, que agregam 151 municípios (30,38% do total de 497), que o fenômeno urbano do RS se concentra (Tabela 1).

O destaque maior deve ser atribuído à RMPA, cuja população urbana equivale a 42,87% do total urbano do Estado. Se considerarmos o conjunto de todos os recortes selecionados, a RMPA, com seus 31 municípios, concentra 55,28% dos residentes urbanos. No próximo patamar de significado demográfico, aparecem a Aune e a Ausul, cada uma com participação superior a 6% no total urbano. Duas outras aglomerações ainda devem ser mencionadas: a perimetropolitana, por se tratar de uma zona de expansão da RMPA, que reúne 5,73% da população urbana do Estado; e a aglomeração descontínua de Passo Fundo, que, embora muito articulada à produção agrícola do norte do Estado, tem um peso urbano de 4%.

Entre 2000 e 2006, a população do RS continuou urbanizando-se: de uma taxa de urbanização de 81,65%, alcançou 83,43%, valor este que cai para 63,27%, quando retiramos as aglomerações consideradas, mostrando que o fenômeno urbano no Estado é muito concentrado. Algumas particularidades podem ser observadas, quando analisamos as aglomerações. O maior nível de urbanização, com pouca alteração no período, é o da RMPA, com quase 96% em 2006; e o menor é o da área perimetropolitana, que chegou a 75,25% nesse mesmo ano. Já a Aulinort foi o aglomerado que apresentou o maior incremento da urbanização no período, passando de 79,39% para 82,83% (Tabela 2).

Examinando o incremento populacional ocorrido no período, constatamos alguns movimentos interessantes

(Tabela 2). Em primeiro lugar, aparece a expressiva taxa de crescimento da população na Aulinort, muito acima do incremento médio do Estado e dos aglomerados. A população urbana aumentou a uma taxa de 2,75% ao ano, enquanto a média de crescimento do RS foi de 0,92% ao ano, e a do conjunto dos recortes selecionados foi de 1,08% ao ano. A Aulinort tem características muito particulares. Constitui-se, na maior parte de seus municípios, de áreas de veraneio, apresentando elevada população flutuante. Tal nível de crescimento é indicativo de que estão ocorrendo mudanças que causam impacto na região. Alguns estudos, como o de Strohaecker (2007), constata que a revalorização dos espaços litorâneos impulsionou não apenas a segunda moradia para fins de veraneio, mas, já na década de 90, trouxe um aumento da migração de trabalhadores de baixa qualificação — mão-de-obra para a construção civil e serviços —, fazendo também crescer a moradia precária. Encontraram ainda indícios de expansão da residência de uso permanente de população aposentada não só em municípios litorâneos, mas também nos rurais.

Em segundo lugar, devemos mencionar o crescimento da RMPA, que, quando se subtrai o pólo, apresentou uma taxa de crescimento da população urbana de 1,14% ao ano, bem acima da média gaúcha. Porto Alegre, com seu baixo incremento (0,73% ao ano), acompanha o movimento de retração na atratividade para fluxos migratórios que ocorre nos grandes centros urbanos. Além de Porto Alegre, dois outros recortes destacam-se pela perda de população: a aglomeração descontínua de Ijuí, cuja população urbana cresceu menos de um décimo, e as ocupações de fronteira, que ostentaram taxas negativas.

Um terceiro aspecto a ser destacado diz respeito à queda generalizada da população rural em todos os recortes, à exceção das ocupações de fronteira, que, embora com perda absoluta de população, em função das perdas de população urbana, tiveram indicador positivo. Ainda sobre a população rural, vimos que dois deles exibiram incremento negativo acima de 3%: Porto Alegre e a aglomeração descontínua de Ijuí.

Examinando agora o significado econômico dos recortes espaciais selecionados, através da distribuição do VAB total, constatamos, antes de mais nada, que a sua participação na formação do produto do Estado foi de 78,70% em 2005, dois pontos percentuais acima do que era em 2002. Ou seja, o fenômeno aglomerativo urbano expressa-se tanto em termos demográficos como econômicos.

É notória a importância da RMPA na composição do VAB total do Estado. Em 2005, nada menos do que

¹⁰ É necessário fazermos uma ressalva sobre os dados oficiais relativos à população urbana, uma vez que o IBGE define como urbana a "[...] área interna ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: 1 - área urbanizada de vila ou cidade (áreas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana), 2 - área não urbanizada de vila ou cidade (áreas localizadas dentro do perímetro urbano de cidades e vilas reservadas à expansão urbana ou em processo de urbanização; áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural), 3 - área urbana isolada (áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal)". Como vemos, nem sempre a população classificada como urbana está referida a uma situação que se caracteriza pelos atributos de infra-estrutura, concentração de serviços e de atividades econômicas urbanas.

46% do produto estavam concentrados na região, com movimento ascendente em relação a 2002. Mesmo com pequena perda relativa do peso de Porto Alegre, a região ainda ganha importância na economia do Estado (Tabela 3). Analisando setorialmente, excluída a agropecuária, a primazia é da RMPA. A região mantém um setor industrial expressivo fora de Porto Alegre¹¹, porção do território que detinha 41,12% do produto industrial em 2005. Nos serviços, a fatia metropolitana é também expressiva, significando 48,94% em 2005, porém, nesse caso, o resultado deve-se à contribuição de Porto Alegre, que agregou 25,62% ao produto setorial.

A segunda aglomeração em importância na composição do produto gaúcho é a Aune, que contribuiu com 9,15% em 2005, também apresentando crescimento relativamente a 2002. Essa posição advém do peso relativo do setor industrial, que, em 2005, alcançou 12,72%.

Os resultados da análise da Tabela 3 revelam que, no início da presente década, estava em curso um movimento de concentração da economia na porção nordeste do território gaúcho. Isso se deduz do fato de que somente tiveram ganhos significativos as aglomerações localizadas nessa área, que são, além da RMPA e da Aune, a área perimetropolitana e o eixo articulado de Gramado e Canela. Os demais recortes, incluindo o restante do Estado, tiveram acréscimos muito pequenos ou sofreram perdas na formação do produto total.

O exame do perfil econômico dos aglomerados aponta o predomínio de atividades urbanas, sobretudo dos serviços (Tabela 4). Em 2005, em Porto Alegre e em Santa Maria, eles representavam, respectivamente, 85,67% e 82,06%. Mas devemos levar em conta que há muita diferença no tipo de serviços ofertados nesses dois centros. Em Porto Alegre, estão concentradas as telecomunicações, os serviços financeiros, imobiliários e sociais (Alonso, prelo). Em Santa Maria, destacam-se o ensino universitário e a segurança nacional (IPEA, 2000). Também na Aulinort, o setor de serviços tem um peso muito significativo, representando 78,49% do produto em 2005.

O setor industrial apresenta maior relevo na Aune, onde, em 2005, significava 42% do produto, mais de três pontos acima do percentual de 2002. Chama também atenção a importância da indústria na área perimetropolitana, com uma participação em torno de 40%

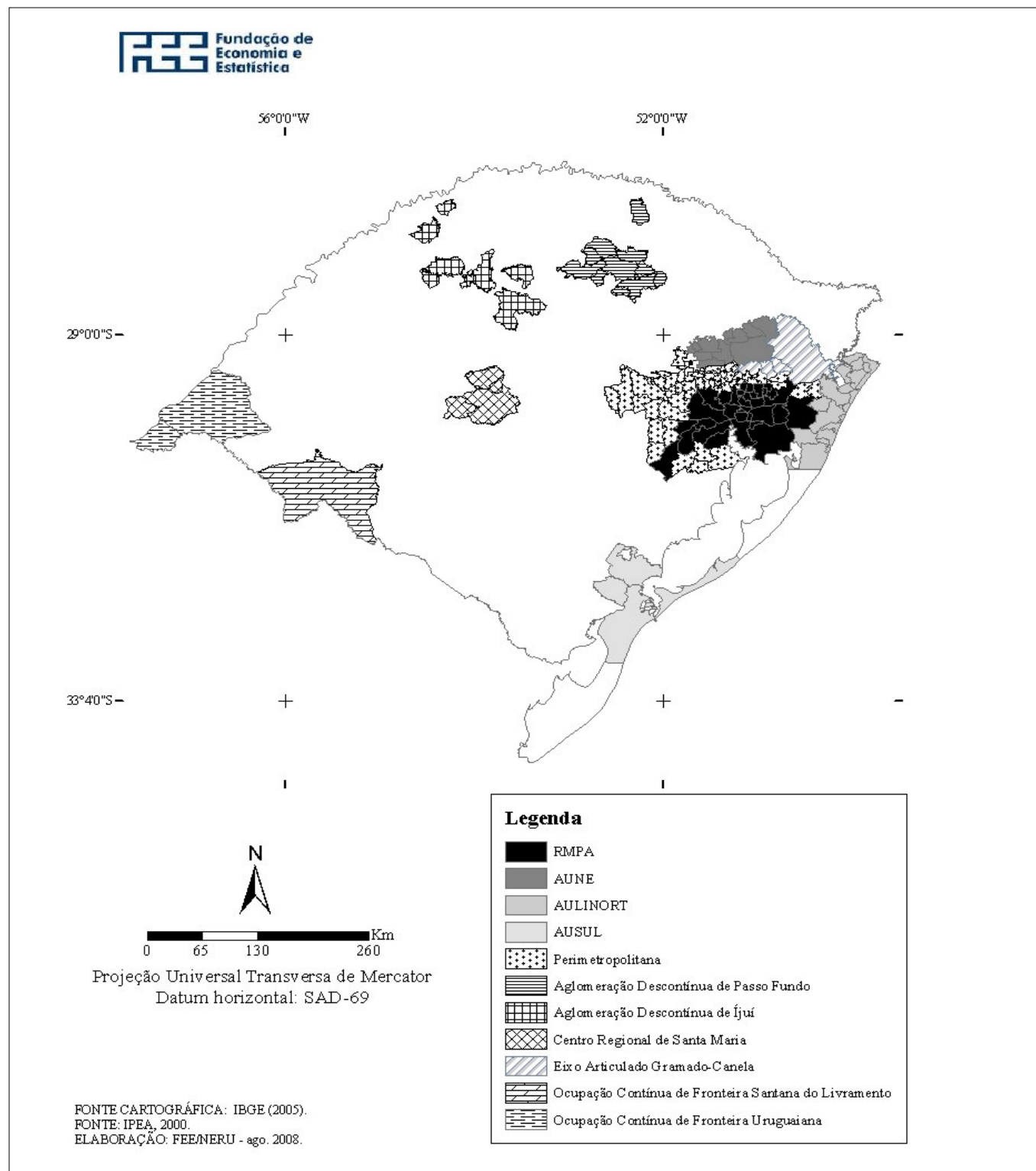
nos dois anos analisados, o que mostra que, efetivamente, esse recorte que circunda a RMPA se constitui em espaço de extravasamento da concentração metropolitana.

A agropecuária, com nítida perda de importância no perfil econômico do Estado, tem sua maior expressão nas ocupações de fronteira e na área perimetropolitana, onde, não obstante, apresenta participação declinante.

¹¹ Em Porto Alegre, a contribuição da indústria para a formação do VAB industrial gaúcho caiu de 9,16% para 8,84% entre 2002 e 2005.

Mapa 1

Rede urbana no Rio Grande do Sul — 2000



FONTE: FEE/NERU.

Tabela 1

Indicadores demográficos de aglomerações urbanas e recortes especiais do Rio Grande do Sul — 2000 e 2006

REDE URBANA	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Aune	605 749	657 109	77 887	72 274	527 862	584 835
Aulinort	231 753	261 478	47 755	44 894	183 998	216 584
Ausul	557 216	581 829	38 279	32 889	518 937	548 940
RMPA	3 718 778	3 927 049	167 106	158 464	3 551 672	3 768 585
Aglomerações urbanas	5 113 496	5 427 465	331 027	308 521	4 782 469	5 118 944
Área perimetropolitana	637 079	668 935	176 336	165 536	460 743	503 399
EAGC	98 834	107 575	20 269	19 973	78 565	87 602
ADPF	364 676	388 627	33 991	31 696	330 685	356 931
ADI	348 218	340 049	51 145	41 571	297 073	298 478
OCFU	221 669	213 184	15 811	16 626	205 858	196 558
CRSM	254 635	271 661	18 754	16 720	235 881	254 941
Recortes especiais	1 288 032	1 321 096	139 970	126 586	1 148 062	1 194 510
Resto do RS	3 149 191	3 118 513	1 222 481	1 145 545	1 926 710	1 972 968
RIO GRANDE DO SUL	10 187 798	10 536 009	1 869 814	1 746 188	8 317 984	8 789 821
Aglomerações urbanas + área perime- tropolitana + recortes especiais	7 038 607	7 417 496	647 333	600 643	6 391 274	6 816 853
Porto Alegre	1 360 590	1 412 466	39 851	32 472	1 320 739	1 379 994
RMPA sem Porto Alegre	2 358 188	2 514 583	127 255	125 992	2 230 933	2 388 591

REDE URBANA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NO ESTADO					
	Total		Rural		Urbana	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Aune	5,95	6,24	4,17	4,14	6,35	6,65
Aulinort	2,27	2,48	2,55	2,57	2,21	2,46
Ausul	5,47	5,52	2,05	1,88	6,24	6,25
RMPA	36,50	37,27	8,94	9,07	42,70	42,87
Aglomerações urbanas	50,19	51,51	17,70	17,67	57,50	58,24
Área perimetropolitana	6,25	6,35	9,43	9,48	5,54	5,73
EAGC	0,97	1,02	1,08	1,14	0,94	1,00
ADPF	3,58	3,69	1,82	1,82	3,98	4,06
ADI	3,42	3,23	2,74	2,38	3,57	3,40
OCFU	2,18	2,02	0,85	0,95	2,47	2,24
CRSM	2,50	2,58	1,00	0,96	2,84	2,90
Recortes especiais	12,64	12,54	7,49	7,25	13,80	13,59
Resto do RS	30,91	29,60	65,38	65,60	23,16	22,45
RIO GRANDE DO SUL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Aglomerações urbanas + área perime- tropolitana + recortes especiais	69,09	70,40	34,62	34,40	76,84	77,55
Porto Alegre	13,36	13,41	2,13	1,86	15,88	15,70
RMPA sem Porto Alegre	23,15	23,87	6,81	7,22	26,82	27,17

(continua)

Tabela 1

Indicadores demográficos de aglomerações urbanas e recortes especiais do Rio Grande do Sul — 2000 e 2006

REDE URBANA	TOTAL DE MUNICÍPIOS			
	Absoluto		Relativo	
	2000	2006	2000	2006
Aune	10	11	2,14	2,21
Aulinort	19	20	4,06	4,02
Ausul	4	5	0,85	1,01
RMPA	31	31	6,62	6,24
Aglomerações urbanas	64	67	13,68	13,48
Área perimetropolitana	51	51	10,90	10,26
EAGC	4	4	0,85	0,80
ADPF	11	14	2,35	2,82
ADI	8	8	1,71	1,61
OCFU	3	3	0,64	0,60
CRSM	5	4	1,07	0,80
Recortes especiais	31	33	6,62	6,64
Resto do RS	322	346	68,80	69,62
RIO GRANDE DO SUL	468	497	100,00	100,00
Aglomerações urbanas + área perimetropolitana + recortes especiais	146	151	31,20	30,38
Porto Alegre	1	1	0,21	0,20
RMPA sem Porto Alegre	30	30	6,41	6,04

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Estimativas populacionais 2000; 2006.** Porto Alegre: FEE, 2008. Disponível em: <www.fee.tche.br>.

Tabela 2

Taxa de urbanização e taxa geométrica de crescimento da população total, rural e urbana do RS — 2000 e 2006

(%)

REDE URBANA	TAXA DE URBANIZAÇÃO		TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO		
	2000	2006	População Total	População Rural	População Urbana
Aune	87,14	89,00	1,37	(1,24)	1,72
Aulinort	79,39	82,83	2,03	(1,02)	2,75
Ausul	93,13	94,35	0,72	(2,50)	0,94
RMPA	95,51	95,96	0,91	(0,88)	0,99
Aglomerações urbanas	93,53	94,32	1,00	(1,17)	1,14
Área perimetropolitana	72,32	75,25	0,82	(1,05)	1,49
EAGC	79,49	81,43	1,42	(0,24)	1,83
ADPF	90,68	91,84	1,07	(1,16)	1,28
ADI	85,31	87,77	(0,39)	(3,40)	0,08
OCFU	92,87	92,20	(0,65)	0,84	(0,77)
CRSM	92,63	93,85	1,08	(1,90)	1,30
Recortes especiais	89,13	90,42	0,42	(1,66)	0,66
Resto do RS	61,18	63,27	(0,16)	(1,08)	0,40
RIO GRANDE DO SUL	81,65	83,43	0,56	(1,13)	0,92
Aglomerações urbanas + área perimetropolitana + recortes especiais	90,80	91,90	0,88	(1,24)	1,08
Porto Alegre	97,07	97,70	0,63	(3,36)	0,73
RMPA sem Porto Alegre	94,60	94,99	1,08	(0,17)	1,14

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Estimativas populacionais 2000; 2006.** Porto Alegre: FEE, 2008. Disponível em: <www.fee.tche.br>.

Tabela 3

Composição do Valor Adicionado Bruto total e setorial, a preço básico, por aglomerações urbanas do RS — 2002 e 2005

(%)

AGREGADOS	VAB TOTAL		AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		TOTAL SERVIÇOS	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Aune	8,44	9,15	4,35	4,80	11,68	12,72	7,64	7,92
Aulinort	1,48	1,61	1,28	1,70	0,67	0,74	1,88	2,01
Ausul	4,41	3,98	1,84	2,48	4,85	3,69	4,63	4,30
RMPA	44,41	46,08	3,34	4,19	49,53	49,96	48,75	48,94
Aglomerações urbanas	58,74	60,82	10,80	13,17	66,73	67,10	62,90	63,17
Área perimetropolitana	6,98	7,19	7,74	9,24	9,89	9,63	5,54	5,78
EAGC	0,75	0,80	0,86	1,15	0,59	0,62	0,80	0,85
ADPF	3,85	3,81	3,12	2,00	3,69	3,85	4,04	4,00
ADI	3,15	2,99	2,86	1,96	2,85	2,70	3,34	3,25
OCFU	1,43	1,34	2,85	2,90	0,83	0,83	1,46	1,40
CRSM	1,72	1,75	0,93	0,80	0,82	0,85	2,26	2,29
Recortes especiais	10,90	10,70	10,62	8,81	8,78	8,86	11,91	11,80
Resto do RS	23,38	21,30	70,84	68,78	14,61	14,41	19,65	19,26
RIO GRANDE DO SUL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Aglomerações urbanas + área perime- tropolitana + recortes especiais	76,62	78,70	29,16	31,22	85,39	85,59	80,35	80,74
Porto Alegre	19,00	18,74	0,18	0,17	9,16	8,84	26,49	25,62
RMPA sem Porto Alegre	25,41	27,34	3,15	4,02	40,36	41,12	22,27	23,31

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. Núcleo de Contabilidade Social. Disponível em: <www.fee.tche.br>.

Tabela 4

Composição do Valor Adicionado Bruto total, a preço básico, por aglomerações urbanas do RS — 2002 e 2005

(%)

AGREGADOS	VAB TOTAL		AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		TOTAL SERVIÇOS	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Aune	100,00	100,00	5,17	3,71	38,71	42,04	56,12	54,25
Aulinort	100,00	100,00	8,68	7,50	12,64	14,01	78,68	78,49
Ausul	100,00	100,00	4,19	4,41	30,78	28,00	65,03	67,59
RMPA	100,00	100,00	0,75	0,64	31,21	32,80	68,04	66,56
Aglomerações urbanas	100,00	100,00	1,85	1,53	31,79	33,38	66,37	65,09
Área perimetropolitana	100,00	100,00	11,14	9,10	39,65	40,52	49,21	50,38
EAGC	100,00	100,00	11,56	10,13	22,02	23,57	66,42	66,30
ADPF	100,00	100,00	8,14	3,71	26,83	30,57	65,03	65,72
ADI	100,00	100,00	9,12	4,63	25,26	27,33	65,61	68,05
OCFU	100,00	100,00	20,05	15,37	16,35	18,73	63,60	65,91
CRSM	100,00	100,00	5,40	3,24	13,23	14,70	81,37	82,06
Recortes especiais	100,00	100,00	10,31	5,83	29,21	25,06	60,48	69,11
Resto do RS	100,00	100,00	30,43	22,85	17,48	20,47	52,08	56,68
RIO GRANDE DO SUL	100,00	100,00	10,04	7,08	27,98	30,25	61,98	62,67
Aglomerações urbanas + área perime- tropolitana + recortes especiais	100,00	100,00	10,04	2,81	31,18	32,90	64,99	64,29
Porto Alegre	100,00	100,00	0,10	0,06	13,50	14,27	86,41	85,67
RMPA sem Porto Alegre	100,00	100,00	1,25	1,04	44,45	45,51	54,31	53,45

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. Núcleo de Contabilidade Social. Disponível em: <www.fee.tche.br>.

2 A estrutura social das aglomerações urbanas

Nesta parte do texto, o foco volta-se para as aglomerações urbanas institucionalizadas, que, como vimos, são essenciais para a conformação do fenômeno urbano no RS. Nosso interesse aqui é comparar os perfis socioocupacionais de suas populações, informações que nos permitem falar da composição hierárquica da sociedade nessas configurações. Ao fazermos a comparação entre as quatro aglomerações urbanas oficiais do Estado, nosso propósito é verificar se há equivalência entre seus perfis e se os resultados já verificados na RMPA — de forte influência dos operários, com grande peso dos trabalhadores da indústria tradicional e das camadas médias (Mammarella; Barcellos, 2006) — também são encontrados nos demais recortes, ou se há indícios de polarização social. Entendemos que, sendo diferenciados os níveis de concentração demográfica e econômica e as características das bases produtivas dessas configurações, elas devem apresentar estruturas com padrões de complexidade também distintos.

Para encaminhar o exame da estrutura socioocupacional, valemo-nos de alguns indicadores de renda, instrução e grau de formalização no mercado de trabalho, que qualificam a população ocupada, formatados a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Os fundamentos a partir dos quais construímos os indicadores sustentam-se na idéia de que o trabalho se constitui em elemento central para a organização da sociedade. As categorias socioocupacionais, núcleo desta abordagem, foram organizadas a partir da variável censitária “ocupação”. Essa variável apresenta características de “variável síntese” de múltiplos processos sociais, sendo potencialmente indicadora das condições de vida e do lugar social que os indivíduos ocupam na sociedade. Permite, destarte, testar as relações entre as transformações econômicas e as mudanças sociais, além de possibilitar uma aproximação descritiva da estrutura de classe.

Para o agrupamento e a classificação dessa hierarquia, foram levados em consideração alguns critérios tradicionais de oposições no mundo do trabalho, tais como capital *versus* trabalho; grande *versus* pequeno capital; assalariamento e trabalho autônomo; e trabalho manual frente ao trabalho não manual. Como resultado, obteve-se um conjunto de 25 categorias socioocupacionais, organizadas em oito agrupamentos (Mammarella, 2008), que se constituem em objeto de nossa análise.

Examinando o Gráfico 1, o primeiro aspecto que ressalta é o peso dos trabalhadores do Setor Secundário, que é maior em todas as aglomerações, sendo que, na Aune, corresponde a praticamente 36% dos ocupados. Na RMPA, por outro lado, os trabalhadores do Setor Secundário têm participação equivalente à das ocupações médias. Um detalhamento desse perfil revela que há especificidades que dizem respeito tanto às categorias que compõem o grupo dos trabalhadores do Secundário como em relação aos municípios que integram cada uma das aglomerações. Na Aune, a principal categoria responsável por esse resultado são os trabalhadores da indústria moderna, ao passo que, na RMPA, são os trabalhadores da indústria tradicional. Já na Aulinort e na Ausul, prevalecem os operários da construção civil.

A composição social da RMPA é mais complexa, seja pelo tamanho de sua população ocupada, seja porque ela se constitui numa aglomeração com dois recortes internos, com características particulares, que têm sido reconhecidos como RMPA1 e RMPA2 (Mammarella; Barcellos; Koch, 2006). A RMPA1, ao norte, polarizada por Novo Hamburgo e São Leopoldo, concentra a produção do setor coureiro-calçadista, enquanto, na RMPA2, estão distribuídos os segmentos mais modernos da indústria, como é o caso do complexo automotivo GM, III Pólo Petroquímico, Refinaria Alberto Pasqualini, dentre outros, localizados todos no entorno de Porto Alegre. Mas a presença da Capital nessa parcela do território metropolitano, concentrando a oferta de serviços especializados, faz com que os trabalhadores da indústria moderna dividam importância com as categorias médias.

Em um segundo patamar de importância na hierarquia socioocupacional das aglomerações, encontramos dois conjuntos de categorias: as ocupações médias e os trabalhadores do Setor Terciário especializado. O primeiro conjunto — que agrega ocupações de escritório, de supervisão, técnicas, estratos médios da saúde, da educação, da segurança pública, da justiça, dos correios e, ainda, as artísticas — destaca-se na RMPA e na Aune, que, como já vimos, são as maiores aglomerações do Estado. Os trabalhadores do Setor Terciário especializado — trabalhadores do comércio e prestadores de serviço especializados — estão bem representados em três aglomerações, com participação variando entre 17% e 19%, sendo que apenas a Aune não apresenta patamar semelhante de terciarização, uma vez que os ocupados no Setor Secundário ainda são majoritários.

Os estratos superiores da hierarquia, compostos pelos dirigentes e pelos profissionais de nível superior, têm baixa participação em todas as aglomerações. Contudo, na RMPA e na Ausul, essas camadas, um pouco

melhor representadas, têm peso semelhante, em torno de 8%. Já os estratos que se situam na base da estrutura social, os trabalhadores do Setor Terciário não especializado — prestadores de serviços não especializados, domésticos, ambulantes e biscateiros —, têm menor destaque na Aune, indicando a presença de uma conformação social menos polarizada (Borba, 2003). Os agricultores, que representam cerca de 10% dos ocupados nessa aglomeração, percentual muito próximo ao dos trabalhadores não especializados (9%), à medida que se integram a um circuito dinâmico da economia, o setor vitivinicultor, não podem ser considerados como situados na base da hierarquia, do mesmo modo que os agricultores da Aulinort, que ainda se constituem em produtores de subsistência.

Os estratos não qualificados de trabalhadores têm sua maior expressão na Ausul, que historicamente vem sofrendo processos de estagnação econômica. Ela é maior até do que na RMPA, cuja concentração de pobreza urbana é típica das grandes aglomerações.

Na seqüência, vamos nos deter na análise de algumas características da força de trabalho das aglomerações, levando em consideração a estrutura social (Gráficos 2 e 3).

Os indicadores selecionados mostram-nos que é significativa a segmentação social em todas as aglomerações. Observamos a existência de uma correlação direta entre posição na estrutura social e as médias de anos de estudos e de renda, ou seja, quanto mais elevada é a posição social, maior é o nível de instrução e de renda, medida em salários mínimos.

Observando, porém, os patamares alcançados pelos indicadores em cada uma das aglomerações, encontramos algumas situações que se destacam. A Aulinort ostenta os menores índices médios de anos de estudo e de renda entre praticamente todas as categorias. Em alguns casos, como entre os agricultores e os trabalhadores do Terciário não especializado, os ocupados do litoral norte se equiparam aos da Ausul. Já a RMPA desponta com os maiores níveis de instrução e de renda entre as categorias superiores e médias. Em se tratando da renda média dos agricultores, chama atenção o caso da Aune, em que o nível de renda é praticamente o dobro dos outros aglomerados, embora, em termos de anos de estudos, os níveis sejam equivalentes (no máximo cinco anos de estudo em média).

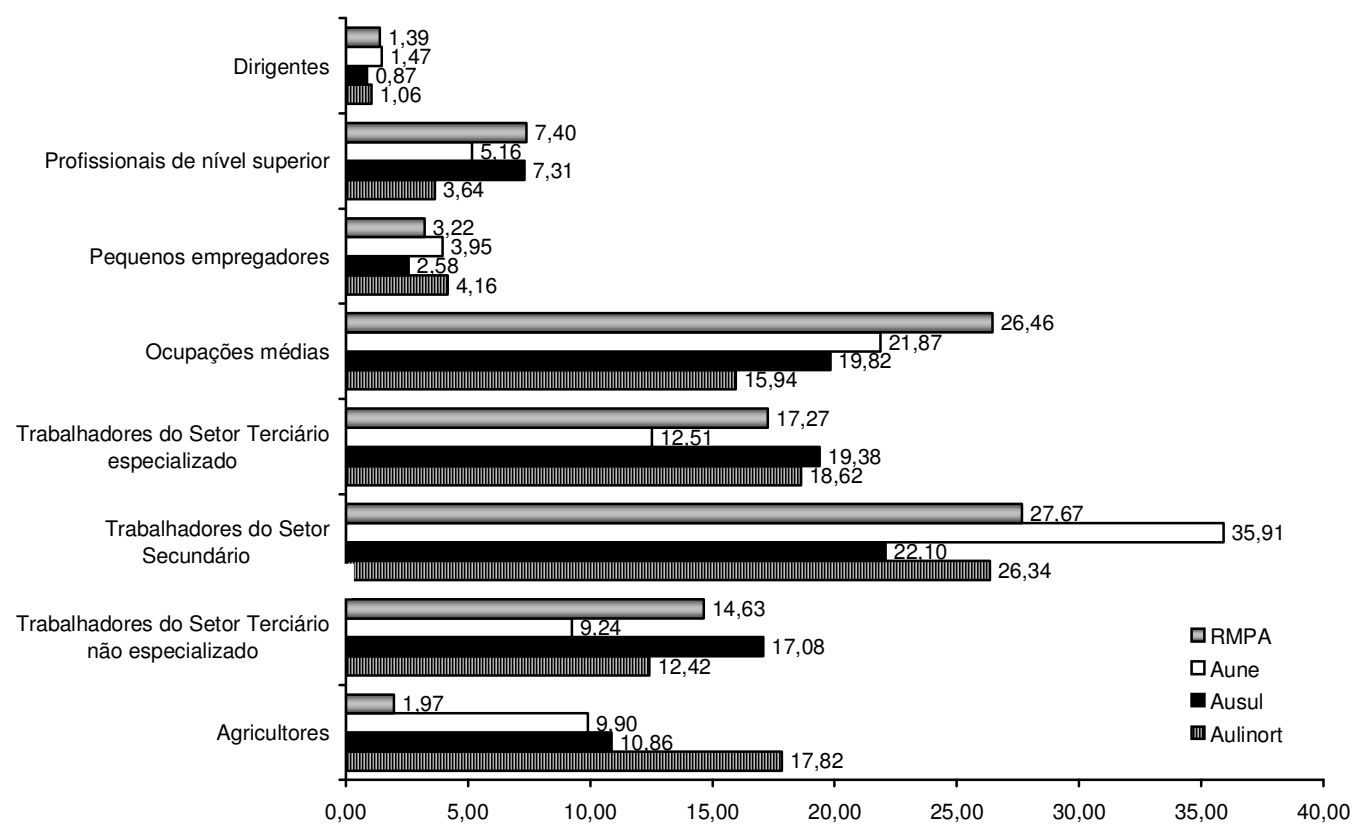
Diferente é o comportamento do indicador que mede o grau de formalização do trabalho (Gráfico 4). É nos estratos médios e baixos da hierarquia social que verificamos as maiores proporções de empregados com carteira assinada. A Aune destaca-se com os maiores

índices de formalização, especialmente entre as ocupações médias e os trabalhadores do Secundário, em que esse índice fica em torno de 65%, bem acima dos patamares ostentados pela RMPA. No outro extremo, encontramos a Aulinort com os menores níveis de formalização, que alcançam no máximo 40% entre as ocupações médias e os trabalhadores do Terciário especializado.

Em síntese, podemos afirmar que, além da segmentação que se verifica em todas as aglomerações, em padrões muito semelhantes aos encontrados na RMPA, também observamos uma segmentação entre as aglomerações, pois algumas apresentam níveis muito diferenciados para os indicadores analisados.

Gráfico 1

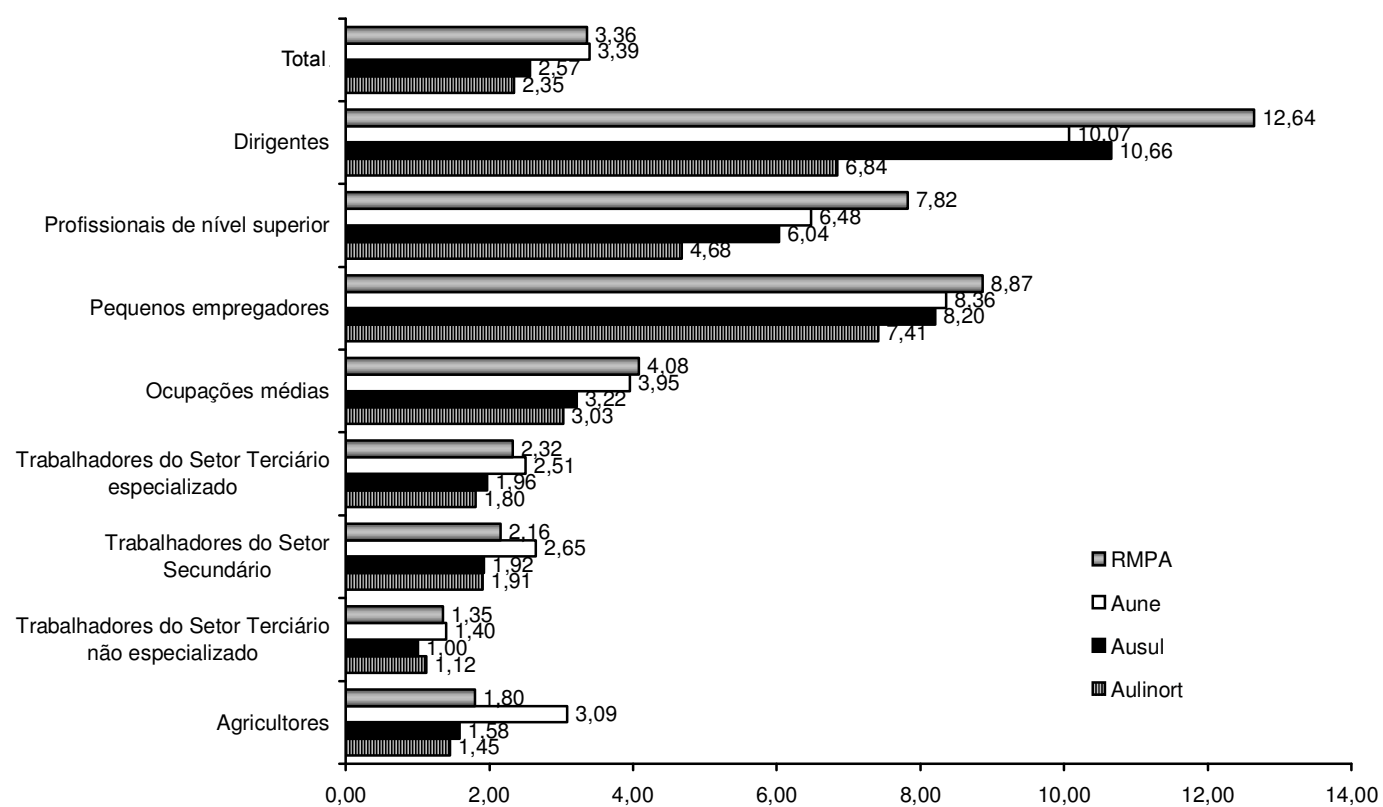
Perfil socioocupacional das aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul — 2000



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Censos Demográficos 1991, 2000: Microdados da amostra. Rio de Janeiro.

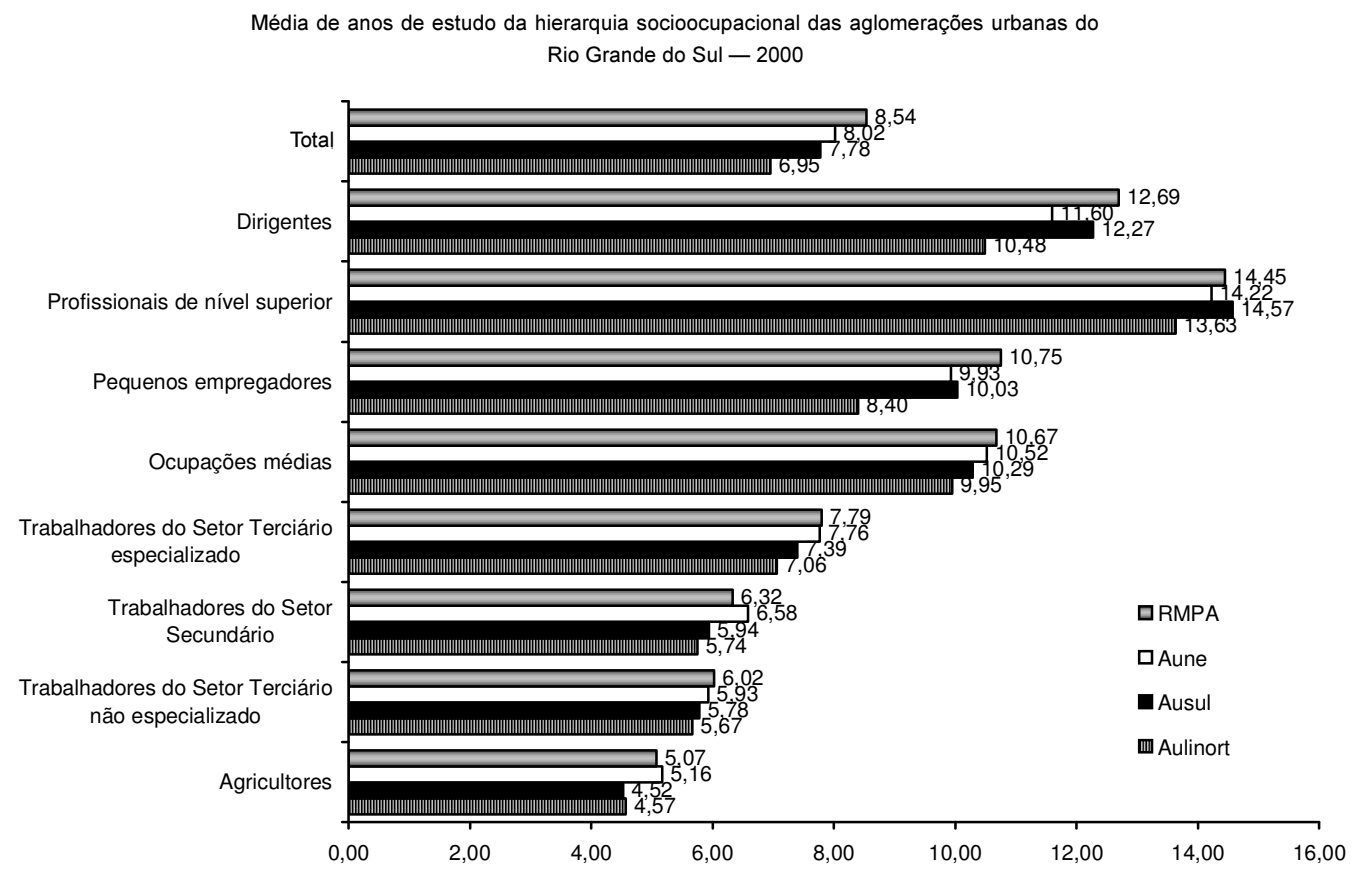
Gráfico 2

Média da renda, em salários mínimos, do trabalho principal da hierarquia sociocupacional das aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul — 2000



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Censos Demográficos 1991, 2000: Microdados da amostra. Rio de Janeiro.

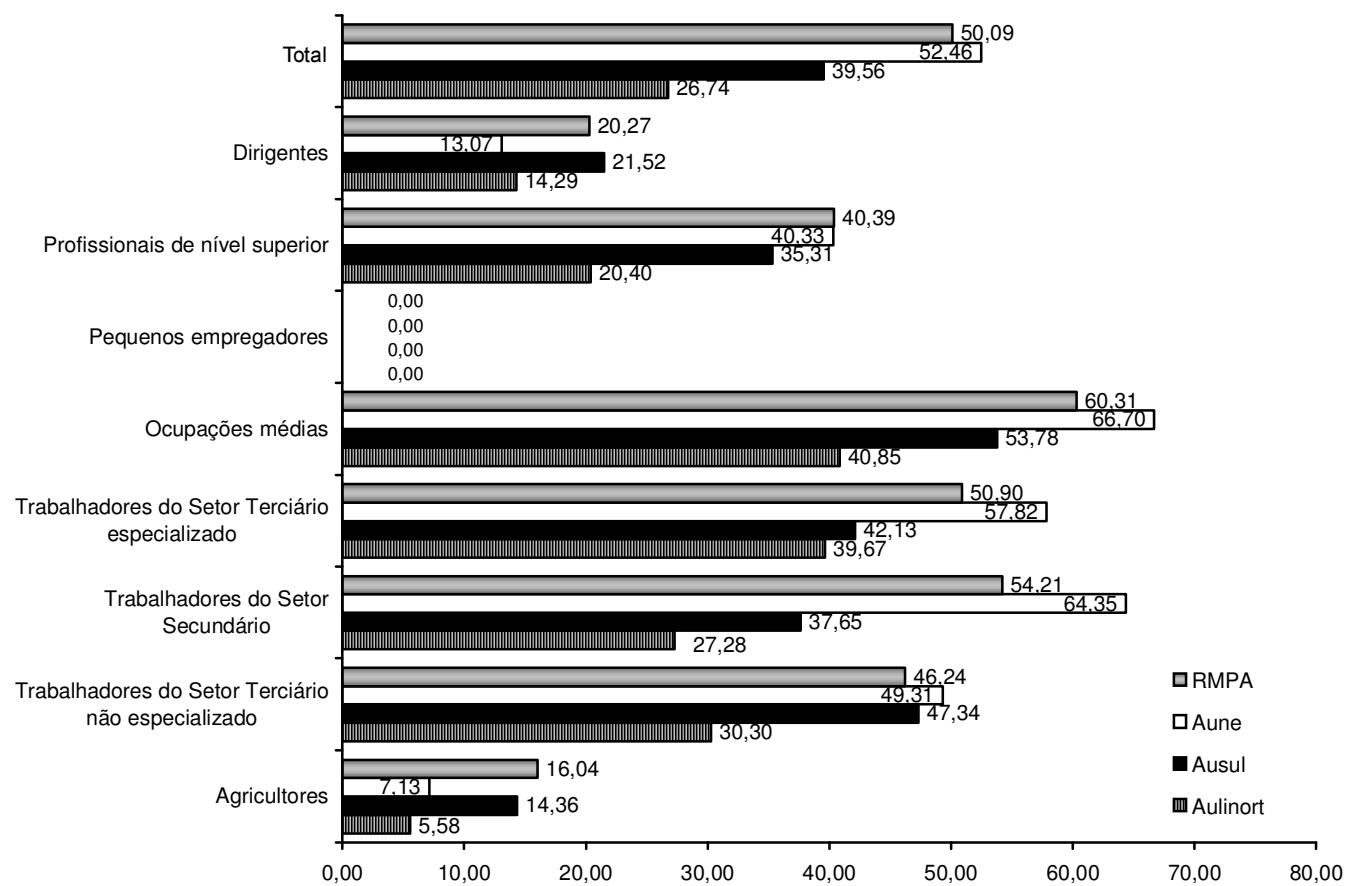
Gráfico 3



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Censos Demográficos 1991, 2000: Microdados da amostra. Rio de Janeiro.

Gráfico 4

Proporção de ocupados e de empregados com carteira assinada, segundo as categorias socioocupacionais, nas aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul — 2000



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Censos Demográficos 1991, 2000: Microdados da amostra. Rio de Janeiro.

3 Considerações finais

As análises realizadas proporcionaram-nos apenas uma primeira aproximação com a problemática sociourbana do Rio Grande do Sul. No entanto, foi possível identificar processos que demonstram o quanto a questão do fenômeno aglomerativo e urbano no Estado é complexa.

Em primeiro lugar, concluímos que a RMPA se constitui em núcleo fundamental de expressão do fenômeno urbano no Estado. Não se pode questionar o peso econômico e demográfico que a região aglutina.

Além da concentração da produção industrial, constitui-se em pólo fundamental na prestação de serviços especializados em vários campos, como a saúde, a educação, o comércio e as finanças. Nada de novo, pois, já há algumas décadas, tal tendência vem-se manifestando.

Em segundo lugar, vimos que as especificidades do desenvolvimento histórico do Estado engendraram — e estão desenvolvendo — conformações que se distinguem estruturalmente. Encontramos casos muito visíveis, como o da Aune, região industrial que se molda em um contexto cultural muito específico, formado em

torno da colonização italiana; o litoral norte, que vem acumulando efeitos de uma ocupação devastadora sobre o meio ambiente natural; e o aglomerado polarizado por Pelotas e Rio Grande, a Ausul, que experimenta, ao mesmo tempo, os reflexos da perda de posição nos complexos industrial e agropecuário do Estado e os impactos do incremento das exportações que nela incidem através do aumento da importância do porto de Rio Grande.

Finalmente, há que serem exploradas, a partir dessas particularidades, hipóteses que os estudos urbanos vêm levantando acerca dos impactos societários da globalização e da reestruturação econômica, social e política. Abre-se um amplo campo de investigação, que procura responder sobre o crescimento das distâncias sociais e acerca da capacidade dos governos de equacionarem os fenômenos daí decorrentes, como, por exemplo, o incremento da violência.

Embora existam estudos importantes sobre essas aglomerações, poucos permitem uma abordagem comparativa sistemática, ou seja, sustentada em uma metodologia específica, construída a partir de uma base de informações unificada, vetor através do qual podemos oferecer nossa contribuição.

Apêndice

Relação dos municípios que integram as aglomerações da rede urbana do RS — 2006

Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

Alvorada
Araricá
Arroio dos Ratos
Cachoeirinha
Campo Bom
Canoas
Capela de Santana
Charqueadas
Dois Irmãos
Eldorado do Sul
Estância Velha
Esteio
Glorinha
Gravataí
Guaíba

Ivoti
Montenegro¹
Nova Hartz
Nova Santa Rita
Novo Hamburgo
Parobé
Portão
Porto Alegre
Santo Antônio da Patrulha
São Jerônimo
São Leopoldo
Sapiranga
Sapucaia do Sul
Taquara
Triunfo
Viamão

Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune)

Bento Gonçalves
Carlos Barbosa
Caxias do Sul
Coronel Pilar
Farroupilha
Flores da Cunha
Garibaldi
Monte Belo do Sul
Nova Pádua
Santa Tereza
São Marcos

Aglomeração Urbana do Sul (Ausul)

Arroio do Padre
Capão do Leão
Pelotas
Rio Grande
São José do Norte

Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinort)

Arroio do Sal
Balneário Pinhal
Capão da Canoa
Capivari do Sul
Caraá
Cidreira
Dom Pedro de Alcântara
Imbé
Itati
Mampituba
Maquiné
Morrinhos do Sul

¹ Montenegro perdeu área para a criação de parte do Município de São José do Sul, perda que não foi recompensada na organização dos dados demográficos de 2006 e nos econômicos de 2005.

Osório
Palmares do Sul
Terra de Areia
Torres
Tramandai
Três Cachoeiras
Três Forquilhas
Xangri-lá
Agglomeração descontínua de Ijuí (ADI)
Coronel Barros
Cruz Alta
Horizontina
Ijuí
Panambi
Santa Rosa
Santo Ângelo
Vitória das Missões
Agglomeração descontínua de Passo Fundo (ADPF)
Almirante Tamandaré do Sul
Carazinho
Coqueiros do Sul
Coxilha
Erechim
Gentil
Marau
Mato Castelhano
Nicolau Vergueiro
Passo Fundo
Paulo Bento
Pontão
Quatro Irmãos
Santo Antônio do Planalto
Centro Regional de Santa Maria (CRSM)
Dilermando de Aguiar
Itaara
Santa Maria
São Martinho da Serra
Eixo articulado de Gramado e Canela (EAGC)
Canela
Gramado
Nova Petrópolis
São Francisco de Paula
Ocupações contínuas de fronteira (OCFU)
Barra do Quaraí
Santana do Livramento
Uruguaiana
Área perimetropolitana
Alto Feliz
Barão
Barão do Triunfo
Barra do Ribeiro

Boa Vista do Sul
Bom Princípio
Bom Retiro do Sul
Brochier
Butiá
Cruzeiro do Sul
Estrela
Fazenda Vilanova
Feliz
General Câmara
Harmonia
Igrejinha
Imigrante
Lajeado
Linha Nova
Maratá
Mato Leitão
Minas do Leão
Pareci Novo
Passo do Sobrado
Paverama
Picada Café
Poço das Antas
Riozinho
Roca Sales
Rolante
Salvador do Sul
Santa Cruz do Sul
Santa Maria do Herval
São José do Hortêncio
São Pedro da Serra
São Sebastião do Caí
São Vendelino
Tabaí
Taquari
Teutônia
Três Coroas
Tupandi
Vale Real
Vale Verde
Venâncio Aires
Vera Cruz
Lindolfo Collor
Mariana Pimentel
Morro Reuter
Presidente Lucena
Sertão Santana

Referências

- ALONSO, José Antônio Fialho. **Diferenciais de produtividade do trabalho em atividades do setor terciário nas aglomerações urbanas do RS: 1985-2002** (Anos Selecionados). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/>>. Acesso em: 4 de abril de 2008.
- ALONSO, José Antônio Fialho. Mudanças estruturais e mobilidade espacial dos serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): 1995-05. In: ALONSO, J. A. F.; MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. (Org.). **Território, economia e sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE (no prelo).
- ALONSO, José Antônio F. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 97-117, 2003.
- BECKER, Olga M. (Coord.). **Proposição de organização territorial do estado para fins de programação regional e urbana**. Porto Alegre, 1974. [Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas].
- BORBA, Sheila Villanova. **Indústria e estruturação do espaço regional: agentes da estruturação espacial na Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul** Porto Alegre. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
- BRAGA, Roberto. Cidades Médias e Aglomerações Urbanas no Estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. [Anais...]. São Paulo: S. I., 2005.
- BREITBACH, Áurea C. M. Estudo sobre a rede urbana do Estado do Rio Grande do Sul: abordagem preliminar. In: OLIVEIRA, Naia et al. **Dinâmica da urbanização no RS: temas e tendências**. Porto Alegre, FEE, 1997. p.105-149. (Documentos FEE, n. 24).
- DAVIDOVICH, Fanny Rache; LIMA, Olga M. Buarque de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, a. 37, n. 1, 1975. p. 50-84.
- IBGE. Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro, 1972.
- IPEA. **Redes Urbanas Regionais: Sul**. Brasília, IPEA, 2000. (Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6).
- IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2000a. (Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1).
- MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tanya M. de; KOCH, Mirian Regina. Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28. n. 3, p. 94-113, 2000.
- MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. Estrutura social e segmentação do espaço metropolitano. Um retrato da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000. **CADERNOS MetrÓpole**, São Paulo: PUCSP, v. 13, p.133-170, 2006.
- MAMMARELLA, Rosetta (Coord.). **Atualização e expansão da análise da organização social dos territórios das metrópoles e a identificação das tendências de transformação de longo prazo — 1980//2000: Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2008. (Relatório de Pesquisa do Projeto Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática).
- MATOS, Ralfó. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. [Anais...]. [Caxambu : ABEP, 2000]. v. 1, Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/>. Acesso em: 4 de abril de 2008.
- MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes. Urban. Espacialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 3-25, jan./abr. 1999.
- NEVES, Gervásio R. Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul. *BOLETIM GEOGRÁFICO*, Rio de Janeiro, 1971.
- SOARES, Paulo Roberto. **Cidades Médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil**. [Porto Alegre: UFRGS/ Labes]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/labes/publicacoes/artigos/paulo/>>. Acesso em: 4 abr. 2008.
- STROHAECKER, Tânia Marques. **A urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa**. Tese (Doutorado em Geociências)-Universidade Federal Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

